

Os elogios e a advertência do FMI

O Brasil está no rumo certo e a política econômica vai bem, mas o País continua vulnerável a mudanças de humor nos mercados. A advertência foi feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no relatório sobre Perspectivas Econômicas Mundiais, e reiterada pelo economista-chefe da Instituição, Kenneth Rogoff, numa entrevista em Dubai.

Esse aviso é puro bom senso. Não é hora de relaxar a política fiscal nem de abandonar o programa de reformas. Crescimento seguro o País só vai ter quando for menos sujeito às oscilações e à desconfiança dos mercados. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tem mostrado que entende esse dado simples. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem apoiado, até agora, a prudência fiscal. Mas até no governo há pressões muito fortes para a mudança de rumo e é preciso continuar resistindo.

O Brasil não está sozinho na zona de perigo. O aviso foi geral. A dívida pública ainda é um fator de risco para muitas economias em desenvolvimento, segundo o relatório. É bom, portanto, aproveitar as condições favoráveis no mercado financeiro para continuar arrumando a casa. O conserto não se faz de um dia para outro, observou Rogoff, e é preciso ter determinação para alcançar a segurança.

O perigo existe mesmo sem turbulência externa. Qualquer derrapagem na política econômica pode criar inquietação nos mercados. O Brasil, segundo o relatório, continua a depender de muito financiamento externo, o investimento estrangeiro tem diminuído e os juros pagos pelo País permanecem elevados, de acordo com o documento.

“O desempenho do Brasil tem sido exemplar desde as eleições”, observou o economista. Também o diretor-gerente do FMI, Horst Köhler, tem elogiado a condução da política econômica. Os avanços desde o governo passado são conhecidos. Internamente, a disciplina fiscal vem sendo mantida. Do lado externo, o déficit em conta corrente foi cortado de 4,5% para menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), graças a um ajuste monumental.

Mas o trabalho está incompleto e todos sabem disso – os técnicos e diretores do FMI, os analistas do setor financeiro e, felizmente, os principais condutores da política econômica brasileira. É significativo que os economistas do Fundo tenham dedicado um ca-



pítulo especial, nesta edição das Perspectivas Econômicas Mundiais, à vulnerabilidade dos países com dívida pública elevada. Não foi uma escolha acadêmica e isso deveria bastar como um alerta.

O Brasil mantém para o próximo ano a meta fiscal adotada para 2003, um superávit primário de 4,25% do PIB. Se a decisão depender do Ministério da Fazenda, é provável

que essa meta permaneça até o fim do mandato deste governo, em 2006. Com ou sem acordo com o FMI, o objetivo dessa política é o mesmo: reduzir a proporção entre a dívida pública e o PIB. Se a economia crescer mais velozmente, nesse período, a tarefa será mais fácil e menos dolorosa.

Se houver a recuperação internacional projetada pelo FMI, haverá mais espaço para a expansão brasileira. Mas um crescimento duradouro dependerá de mais investimentos e, portanto, de uma redução mais ampla dos juros. Isso será possível só se o ajuste das contas públicas continuar, pois só assim diminuirá a necessidade de financiamento do governo. Isso é parte do círculo

virtuoso de que tanto se fala. Só com a redução de 2 pontos percentuais na taxa básica de juros, o Tesouro poderá economizar mais de R\$ 6 bilhões em 12 meses. Isso mostra como os fatores de uma boa política se encadeiam, abrindo espaço para o crescimento.

Já que o Brasil terá de continuar o severo ajuste iniciado em 1999, por que não cuidar de um novo acordo com o FMI, mesmo por

O País está no rumo certo, mas a dívida pública o mantém vulnerável

um ano? Não tem muito sentido, agora, discutir os custos de um acordo com o Fundo. As vantagens, no entanto, parecem evidentes. Além do aval

para a política econômica, o País terá a segurança de financiamento externo para mais um ano de travessia. Será mais fácil, nessas condições, tomar medidas fiscais e monetárias que favoreçam o crescimento e aumentem o bem-estar. Sem isso, até as pressões para mudanças imprudentes serão mais fortes, e maior, portanto, o risco da derrapada fiscal mencionada, em tom de advertência, no relatório do FMI.